



ATA Nº. 2/2022

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19/12/2022

---Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois pelas quinze horas, no Cineteatro Louletano, em Loulé, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1. Aprovação da ata da sessão anterior;-----
2. Verificação da identidade e legitimidade de Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato, substituta do renunciante Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste;-----
3. Apresentação e apreciação da Proposta de Trabalho da RTA, AIHSA e AHETA sobre a Taxa Municipal Turística;-----
4. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional.-----



II – Período da Ordem do dia:-----

1. Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve;-----
2. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal do Plano de Recrutamento para o ano de 2023;-----
3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Mapa de Pessoal para o ano de 2023;-----
4. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023;-----
5. Informação sobre os compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida para o ano de 2022.-----

---O Presidente da Mesa apresentou cumprimentos a todos os presentes assim como aos que assistiam a esta sessão através das redes sociais do facebook e youtube. Endereçou um cumprimento especial aos membros da mesa e aos convidados

senhores: João Fernandes, presidente da Região de Turismo do Algarve (RTA); Daniel do Adro, presidente da Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve (AIHSA) e Hélder Martins, presidente da Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), que amavelmente aceitaram estar presentes para apresentarem, nesta sessão, a proposta de trabalho conjunta sobre a taxa municipal turística.-----

---Informou que esta é a sessão inaugural da transmissão online das sessões da Assembleia Intermunicipal do Algarve, nas redes sociais da AMAL, ficando ainda disponível na plataforma YouTube. Disse que a sessão era realizada no concelho de Loulé, no âmbito do roteiro da Assembleia Intermunicipal em Movimento, que se traduz na realização das sessões da AIA nos vários concelhos do Algarve, por forma a aproximar a AIA dos cidadãos algarvios e promover a sua participação na discussão dos assuntos de relevância regional. Agradeceu aos senhores Presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Loulé que amavelmente disponibilizaram todos os meios necessários para a realização desta sessão, assim como aos colaboradores do Município e da AMAL que estiveram envolvidos na organização e apoio logístico da sessão. No sentido de não prejudicar o funcionamento desta sessão, recomendou que desligassem os telemóveis ou colocassem em modo de silêncio e informou não ser permitido o registo de som ou imagem desta sessão da Assembleia, exceto aos órgãos de comunicação social, e, apenas com autorização da Mesa, aos restantes presentes nesta sessão. Apelou aos deputados intermunicipais que apresentem os seus pedidos de substituição, se possível, com a devida antecedência, por forma a que os serviços da Assembleia possam proceder à notificação dos membros substitutos em tempo útil, sem necessidade de recorrer ao trabalho dos funcionários fora do horário de trabalho, inclusive fins de semana, como tem acontecido, uma vez que se tem vindo a registar pedidos de substituição no final do último dia útil anterior à sessão, no fim de semana, ou na manhã do próprio dia da sessão, o que dificulta a notificação dos membros substitutos e, por vezes, até se torna impossível, dado o local da realização das mesmas. Mais acrescentou que, quando os pedidos de substituição forem apresentados no próprio dia da sessão, em dia não útil ou no final do dia útil imediatamente anterior, o membro efetivo avise o membro substituto para apresentar-se na sessão. Se, porventura, o próprio substituto se fizer substituir, deverá o novo substituto apresentar comprovativo do pedido de substituição daquele que vai



substituir. Disse ainda que, tem-se verificado existirem algumas divergências de interpretação relativamente às regras de substituição dos membros efetivos, que importava esclarecer e nesse sentido lembrou que, "...nos termos da Lei e do Artigo 11º, nº 1 do Regimento, *"as vagas ocorridas na Assembleia Intermunicipal, respeitante a membros eleitos diretamente, são preenchidas pelo cidadão suplente, por Município, a seguir na ordem da respetiva lista e/ou tratando-se de coligação ou lista composta por acordo entre partidos políticos, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga"*.-----

---A terminar, informou que a próxima sessão da AIA terá lugar no Concelho de Lagos.-----

Feita esta introdução, passou-se à verificação das presenças e ausências dos deputados.-----

---Estiveram presentes os seguintes deputados:-----

---Luís Matias (PSD) em substituição de Carlos Sérgio Freire Quintino (PSD), Carlos Manuel B. Mendes (MIPA) em substituição de Carlos Emanuel Rafael Vieira (MIPA), Leonardo Manuel Teixeira do Paço (PS), António Marques Romeira Matias (PS), Graça Maria da Palma Pereira (PSD), Ivo Rafael Maltez Amendoeira (PS), Mara Alexandra Lourenço Duarte (PS) em substituição de Zita Maria Duarte Glória (Renascer), Maria Margarida do Livramento Claudino (PSD) em substituição de João Alfredo Fernandes Teixeira (PSD), Ernestina Maria Valongo Martins de Castro (PSD), Tiago Botelho Martins da Silva (PSD), Beatriz Graziela Calafate (PS) em substituição de Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS), António Manuel Dias Mendonça (CDU), José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Maria Licínia Mendes Lourenço (PS), Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (PS), Rui Filipe Machado de Araújo (PSD), Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato (PS), José Manuel da Glória de Oliveira (CDU), Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (PS), João Carlos Dias dos Santos (PSD), Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS), Abel Filipe dos Santos Matinhos (PS), Elisabeta Ecaterina Necker (PS), Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), Paulo Alexandre Duarte Rosa (PSD), Rui Augusto Martins Cardoso (PS), Helder Nuno Silda do Carmo (PS), Francisco José Moleiro dos Santos (PSD), Tatiana Lourenço Queirós (PS), Marina de Carvalho Costa Esteves (PS), Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), Cristina Maria de Sousa Velha (PSD) em substituição de Carlos Eduardo Gouveia Martins (PSD), Marta Patrícia Gonçalves,

Marques Caetano (CPMF), João Manuel Rodrigues Grenhas (PS), Fabiano Viegas Rodrigues (PSD) João Varela dos Santos (CDU) em substituição de Débora Andreia Moniz dos Santos Ferreira Quaresma (CDU), José Pedro da Silva Soares (PSD), Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PSD) em substituição de Muriel Cristina Dias Neto (PSD), José Epifânio Martins Graça (PS), Jorge Humberto Martins Corvo (PSD), Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS), Gilberto Repolho dos Reis Viegas (PSD), Célia Maria Marques da Rosa Paz (PS), Manuel Filipe Pôla Alturas (PS), Anabela da Conceição Lança Marques (PSD), David Miguel Vasques Silva (PSD). -----

---Faltaram os seguintes deputados: Francisco José Pereira Oliveira (PS), João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD), Cláudia Isabel Martins Mendes (PSD), Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica (PS).-----

---Faltaram os seguintes deputados, mas apresentaram justificação: Luís Manuel Fernandes Coelho (PS), Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD), Vítor Manuel Grade Martins Sobral (PS), José Manuel Figueiredo Santos (PS), Ana Sofia Belchior da Silva Ferreira (PS), Bruno Chicharo Pereira (CDU) e Armindo Paulo Leal Vicente (PS).-----

---A mesa estava constituída pelo seu Presidente, José Manuel Correia Águas da Cruz, Vice-Presidente, Tiago Botelho Martins da Silva e pela Secretária, Célia Maria Marques da Rosa Paz.-----

---Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da mesa declarou aberta a sessão, passando-se à discussão da ordem de trabalhos.-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1. Aprovação da ata da sessão anterior: - A ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade dos membros presentes naquela sessão da Assembleia Intermunicipal.-

2. Verificação da identidade e legitimidade de Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato, substituta do renunciante Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste:- Verificada a identidade e legitimidade da deputada intermunicipal acima identificada, a mesma prestou o seu compromisso de honra, tendo de imediato iniciado funções.-----

3. Apresentação e apreciação da Proposta de Trabalho da RTA, AIHSA e AHETA sobre a Taxa Municipal Turística:- Iniciando a apresentação, o presidente da RTA, João Fernandes, fez um pequeno enquadramento da Taxa Municipal Turística e a sua implementação a nível europeu referindo que, no Algarve, este processo teve início no seio de uma das reuniões da AMAL, no ano dois mil e dezoito, onde alguns Presidentes de Câmara manifestaram a vontade na sua aplicação e onde desde logo,



a RTA e as restantes associações do sector aqui presentes, mesmo não sendo totalmente favoráveis à sua criação, disponibilizaram-se a fazer parte do processo e a trabalhar na apresentação de uma proposta. Informou que esta proposta já foi apresentada ao Conselho Intermunicipal, na reunião de novembro, estando em apreciação. Passando à apresentação da proposta, disse que a taxa pressupõe um pagamento, no valor de dois euros por noite, para todas as tipologias de alojamento e em todos os concelhos no Algarve, na época alta e, na época baixa, esse valor será reduzido em metade, prevendo-se algumas isenções na sua aplicação, nomeadamente a jovens com idade inferior a dezasseis anos, estadas superiores a cinco noites e a pessoas que se desloquem por necessidades de saúde ou calamidades. Disse que, tendo em conta o conceito de taxa, que não é um imposto mas sim uma contraprestação de algo que se presta a quem paga, propõe-se que dez por cento das receitas arrecadadas revertam para um “fundo regional”, a criar pela Associação Turismo do Algarve, para promoção turística (ligações aéreas em época baixa) e para animação turística (grandes eventos internacionais) e as restantes verbas sejam distribuídas e aplicada pelos municípios. Considerando os dados disponíveis do ano 2019 (melhor ano a nível de dormidas, no Algarve), retirando já todas as isenções propostas, informou que a estimativa da receita a arrecadar seria de quarenta e um milhão de euros, aproximadamente. Recomenda um valor único para esta taxa e uma plataforma única para gerir estas verbas, em toda a região e a terminar disse ainda que, vindo a ser implementada, os responsáveis das associações que desenvolveram esta proposta sentem-se na obrigação, também, de exigir uma melhoria substancial dos espaços públicos em toda a região, no sentido não só de cativar e beneficiar o turista que nos visita assim como os cidadãos residentes no Algarve.-----

---Seguidamente, procedeu-se a um pequeno debate onde os deputados intermunicipais tiveram a oportunidade de intervir, esclarecendo as suas dúvidas e emitir as suas opiniões sobre este assunto.-----

---O senhor Hélder Martins, Presidente da AHETA, destacou a importância desta taxa ser consensual, mesmo sabendo que os empresários das unidades hoteleiras e alojamento locais não estão de acordo com ela, referiu que deverá ser aplicável a todos os tipos de alojamento e em todos os municípios, de igual forma. Reforça a ideia de existir uma plataforma comum a todos para a gerir as verbas e a necessidade de haver uma entidade que fiscalize o seu cumprimento. Em relação às verbas a

arrecadar, reafirma que deverão ser partilhadas pelos municípios e aplicadas para o desenvolvimento do turismo e bem-estar no Algarve.-----

4. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional:-----


---Voto de Pesar pelo falecimento da artista louletana, Cláudisabel. Pelo deputado Abel Matinhos foi colocado à consideração da Assembleia, um voto de pesar e um minuto de silêncio, pelo falecimento da artista Cláudisabel, natural de Loulé, vítima de um trágico acidente ocorrido na passada madrugada, documento número um, apenso à ata. Admitido e votado, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade, procedendo-se de imediato, ao minuto de silêncio.-----

---Requerimento apresentado pela bancada da CDU, solicitando ao Presidente do Conselho Intermunicipal, cópias de alguns planos e projetos, em curso na AMAL, documento número dois, apenso à ata. O Presidente da Mesa informou que irá encaminhar o solicitado e, posteriormente, reencaminhará a resposta a todos os deputados.-----

---Seguidamente o Presidente da Mesa esclareceu que, como foi do conhecimento de todos, foram recebidas nos Serviços da Assembleia e enviadas aos senhores deputados intermunicipais duas moções da bancada do Partido Socialista, intituladas, a primeira, " Hospital Central do Algarve é preciso avançar " e a segunda, " Garantir água é garantir o nosso futuro", que embora tivessem chegado após as doze horas do dia previsto para a sua entrega, a Mesa da Assembleia entendeu enviá-las a todos os deputados intermunicipais, acompanhadas de um despacho da sua autoria a justificar o envio, documento número três, apenso à ata, estando neste momento em apreciação a votação da sua admissibilidade para discussão nesta sessão. Não tendo havido qualquer intervenção, passou-se de imediato à sua votação, tendo as mesmas sido aceites, por unanimidade, ficando a sua discussão para final do debate dos restantes documentos apresentados neste ponto da ordem de trabalhos.-----

---Moção da bancada da CDU, titulada "Pelo direito à saúde. Atrair e fixar profissionais no Serviço Nacional de Saúde. Combater o assalto dos grupos privados de saúde", documento número quatro, apenso à ata.-----

---Antes de se iniciar a apresentação da moção, o deputado Tiago Botelho ausentou-se da sala durante o período da discussão e votação da mesma, informando que por razões profissionais, está impedido legalmente, de participar na sua discussão.-----



---Antes de proceder à leitura da moção, o deputado António Mendonça agradeceu a disponibilidade do Município de Loulé em acolher esta Assembleia e sugeriu que futuramente se providenciasse a utilização de salas com mesas de trabalho. Em resposta, o Presidente da Assembleia informou que não é fácil encontrar nos Municípios do Algarve salas que sente 60 pessoas, com uma mesa individual de trabalho, de qualquer dos modos os serviços irá sempre ter em conta, a sua sugestão. De seguida, o deputado António Mendonça procedeu à leitura da moção -----

---Pedindo a palavra, a deputada Graça Pereira confirmou a necessidade de as salas onde se realizam estas sessões terem melhores condições de trabalho e, debruçando-se sobre a moção, disse discordar totalmente do seu conteúdo e, por isso, iria votar contra, justificando que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) só recorre aos serviços dos grupos privados quando não tem capacidade de prestar os cuidados de saúde necessário aos seus utentes. Quanto à recomendação da não adoção do modelo de parceria público-privada para a construção e gestão do Hospital Central do Algarve, salientou que está provado que este modelo é o mais eficiente, tanto para assegurar os interesses dos utentes do SNS como ao nível económico-financeiro.-----

---O deputado José Graça disse que concorda com a defesa do SNS, porém não poderá concordar com as razões evocadas na moção, por estarem focadas numa determinada ideologia política. Comentou que o Governo já fez e continua a fazer todos os esforços para a valorizar as carreiras de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde e na sua constante contratação assim como, no investimento em unidades de saúde, salientando o futuro Hospital Central do Algarve.-----

---O deputado António Mendonça defendeu o conteúdo da moção, argumentando que qualquer deputado com assento nesta Assembleia faz política e defende uma determinada ideologia. Sobre a gestão do SNS reafirmou que há lugar para ambos os tipos de gestão, mas que o problema residia no fato dos Serviços Públicos de Saúde estarem a deixar de defender os interesses públicos, diminuído cada vez mais os seus serviços empurrando-os para o privado, prejudicando assim a população em geral e especialmente os mais desprotegidos.-----

---Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa colocou a moção à votação, tendo esta, sido rejeitada por maioria com 41 votos contra, 4 votos a favor e 1 voto de abstenção, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 24 votos contra; PSD – 16 votos contra; CDU – 3 votos a favor; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 abstenção; MIPA – 1 voto contra.-----

---O deputado Tiago Botelho regressou à sala.-----

---Moção da bancada da CDU, intitulada “Pelo fim das portagens na Via do Infante”, documento número cinco, apenso à ata. O deputado António Mendonça procedeu à sua leitura.-----

---O deputado Pedro Mota declarou estar impedido, por razões de natureza profissional, de participar na discussão desta moção, tendo-se retirado da sala.-----

---O deputado João Santos disse que a bancada do PSD iria votar contra a moção, por considerá-la, um ato de populismo por parte da CDU, tendo em conta que durante o período em que fez parte no Governo, na chamada Geringonça, os seus deputados aprovaram sempre na Assembleia da República, os sucessivos Orçamentos do Estado, onde a questão das portagens na via do Infante, estava contemplada.-----


---O deputado José Graça afirmou que esta questão tem sido uma das grandes “bandeiras” do PS do Algarve, que já conseguiu que o Governo adotasse medidas na redução do custo das portagens, em mais de cinquenta por cento do seu valor em 2015, beneficiando as empresas de transportes de mercadorias e passageiros assim como as famílias, em toda a região. Disse que a continuidade deste objectivo está contemplado no Orçamento Geral do Estado para o próximo ano e por isso não poderá votar a favor desta moção.-----

---Terminada a sua discussão, o Presidente da Mesa colocou a moção à votação, tendo a mesma sido rejeitada por maioria com 41 votos contra, 5 votos a favor, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 22 votos contra e 2 votos a favor; PSD – 17 votos contra; CDU – 3 votos a favor; CPMF – 1 voto contra; MIPA – 1 voto contra.-----

---Moção do PSD, titulada “Preço das portagens no Algarve viola a lei”, documento número seis, apenso à ata. O deputado João Santos leu o teor da moção, e a finalizar a sua intervenção manifestou-se satisfeito, pela transmissão on-line e em direto das sessões da Assembleia, opinando que este órgão regional está a dar sinais de transparência e possibilidade de aproximação dos cidadãos, no acompanhamento da discussão dos vários assuntos. -----

---O deputado Pedro Mota ausentou de novo da sala, por impedimento legal.-----

---Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a moção foi de imediato colocada à votação. A votação foi repetida, após proceder-se à contagem dos deputados presentes na sala tendo na circunstância, o Presidente da Mesa chamado a atenção de todos para não se retirarem da sala durante o período das votações,



sem darem conhecimento à Mesa. Assim, verificou-se que no momento da votação estavam fora da sala dois deputados da bancada do PS e um deputado que estava impedido, num total de três deputados.-----

Repetida a votação, a moção foi aprovada, com 23 votos a favor e 21 votos contra; distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 21 votos contra e 1 voto a favor; PSD – 17 votos a favor; CDU – 3 votos a favor; CPMF – 1 voto a favor; MIPA – 1 voto a favor.-----

---Moção do PS “Garantir água é garantir o nosso futuro”, documento número sete, apenso à ata. O deputado António Marques Matias procedeu à leitura da referida moção.-----

---Colocada à discussão, o deputado Pedro Mota disse que o seu partido já apresentou nesta Assembleia, em anteriores sessões, uma recomendação neste sentido e por isso irá acompanhar a discussão e votar favorável, esta moção.-----

---O deputado João Varela disse concordar com todas as propostas que visem o aproveitamento dos recursos hídricos no Algarve mas não podia deixar de fazer alguns considerandos, nomeadamente o facto de se ter o sistema de rega da barragem Funcho-ETA de Alcantarilha, que custou seis milhões e meio de euros, e que desde 2015 não está a ser aproveitado e onde com a abertura de 2 torneiras apenas, se pouparia dois milhões de metros cúbicos de água por ano e duzentos e cinquenta mil euros em electricidade, só para a rega no perímetro de Lagoa e Silves. Disse que, ao contrário do que fora referido pelo Ministro, muito recentemente, a construção de mais barragens no Algarve, mesmo chovendo pouco aumentaria a capacidade de armazenamento de água e por isso propõe uma pequena alteração ao texto da moção, ou seja onde refere “...estudos para a barragem da Foupana...” seja alterada para “... a construção da barragem da Foupana...”.-----

---O deputado Francisco Moleiro, referenciando uma moção que, na anterior sessão foi apresentada pelo PSD e aprovada por uma larga maioria, no sentido de ser construída a barragem da Foupana, questionou sobre a razão da sua não inclusão nas verbas do PRR, uma vez que foram perdidos já este ano, mesmo chovendo pouco, milhões de hectolitros de água, pelas margens da ribeira da Foupana e outros açudes vizinhos. Disse ser urgente a construção imediata de todas as infraestruturas que visem o aproveitamento da água não só do Algarve como em todo o País.-----

---Não tem havido mais intervenções, o Presidente da mesa colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 25 votos a favor e 22 votos

de abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 24 votos a favor; PSD – 17 votos de abstenções; CDU – 3 votos de abstenções; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto de abstenção; MIPA – 1 voto de abstenção.-----

---Moção do PS "Hospital Central do Algarve é preciso avançar", documento número oito apenso à ata. A deputada Maria Joaquina Quintans de Matos procedeu à sua leitura.-----

---O deputado Tiago Botelho ausentou-se de novo da sala, durante o período da discussão desta moção, por impedimento legal.-----

---A deputada Graça Pereira referiu que a bancada do seu partido irá abster-se na votação desta moção, pelas razões evocadas na declaração de voto, que entregou à Mesa e que está identificado pelo documento número nove, apenso a esta ata.-----

---O deputado António Mendonça disse não concordar com o teor da moção, uma vez que os autarcas do Algarve não podem assumir uma política de "...acompanhantes ..." do projecto Hospital Central e Universitário do Algarve e autorizar uma parceria pública e privada (PPP), que no seu entender não serve os interesses dos algarvios.

---Também o deputado Pedro Mota não concorda com as PPP e por isso irá votar contra esta moção.-----

---A deputada Maria Joaquina Quintans de Matos defendeu o conteúdo da moção, salientando que se trata de uma obra indispensável ao desenvolvimento e sustentabilidade da região e há muito esperada por todos. Por isso, apelou ao bom senso para acolherem esta decisão com agrado e confiança tendo em conta que esta unidade hospitalar irá melhorar os cuidados de saúde, não só à população algarvia como a todos aqueles que nos visitam. Disse ainda que a transferência do velho Hospital de S. Gonçalo de Lagos, para as novas instalações do hospital privado, ganhou alento e prestígio tornando-se uma mais-valia para as populações do barlavento algarvio.-----

---Discordando desta última afirmação, o deputado Gilberto Viegas referiu que a transferência do velho hospital S. Gonçalo apenas beneficiou de novas instalações, uma vez que não melhorou de novos e melhores serviços de cuidados de saúde. Disse que irá aguardar com expectativa a construção do Hospital Central, tão necessário para o Algarve, mas não poderá votar a favor desta moção.-----

---O deputado José Manuel da Glória Oliveira referiu que a CDU participou na votação de uma proposta aprovada por unanimidade, na Assembleia Municipal de Lagos,

onde se exigia do Governo a construção do Hospital Central do Algarve Público e que também solicitara à administração do CHUA informação sobre um conjunto de questões que se levantaram em relação à gestão do novo Hospital das Terras do Infante, não tendo até ao momento obtido resposta. Por tais razões, disse não poder votar a favor desta moção.-----

---Após a discussão, o Presidente da Mesa colocou a moção à votação, tendo sido aprovada por maioria com 25 votos a favor, 4 votos contra e 17 votos em abstenção, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 24 votos a favor; PSD – 16 votos de abstenções; CDU – 3 votos contra; BE – 1 voto contra; CPMF – 1 voto de abstenção; MIPA – 1 voto a favor. -----

---Pedindo a palavra, o deputado António Mendonça leu uma declaração política sobre o processo de desanexação de freguesias no Algarve, documento número dez, apenso à ata.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

1. Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve:- Atendendo que foram distribuídos atempadamente, todos os documentos de suporte aos assuntos para esta sessão, o Presidente da Mesa considerou dispensada a intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal na sua apresentação, respondendo este às questões que fossem colocadas. Aberto o período de intervenção e não se tendo verificado quaisquer inscrições, o Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.-----

2. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal do Plano de Recrutamento para o ano de 2023:- Pelas razões referidas no ponto anterior, foi dispensada a apresentação da referida proposta, por parte do Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL. Não tendo havido quaisquer intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação. Neste momento apenas estavam na sala 38 deputados, uma vez que os restantes deputados informaram terem necessidade de se ausentarem da sala, por motivos de ordem pessoal. Feita a votação, o Plano de Recrutamento para o ano 2023 foi aprovado, por unanimidade, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas da seguinte forma: PS – 19 votos a favor; PSD – 15 votos a favor; CDU – 3 votos a favor; BE – 1 voto a favor.-----

3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Mapa de Pessoal para o ano de 2023:- Não tendo havido

quaisquer intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação. Feita a votação, o documento identificado em epígrafe, foi aprovado por unanimidade, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas da seguinte forma: PS – 19 votos a favor; PSD – 15 votos a favor; CDU – 3 votos a favor; BE – 1 voto a favor.-----

4. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023:-

A pedido do Presidente do Conselho Intermunicipal, o Primeiro Secretário fez uma breve apresentação destes dois documentos, cujos valores totais para o próximo ano são, no que se refere às Grandes Opções do Plano, três milhões setecentos e setenta e dois mil quatrocentos e noventa e nove euros (3.772.499 euros) e em relação ao Orçamento, quatro milhões oitocentos e treze mil quinhentos e quatro euros (4.813.504 euros). Enumerou as principais áreas de atuação, projetos e ações onde a AMAL concentra a sua actividade, nomeadamente na área da Mobilidade/ Transportes, na Eficiência Hídrica, na Eficiência Energética, no Ordenamento do Território e a área do Ambiente e Alterações Climáticas. Informou que para além destas verbas a AMAL tem responsabilidade na gestão de verbas no âmbito do PPR, referente à Eficiência Hídrica e Energética, num montante aproximado de trinte e cinco milhões de euros (35.000.000 euros) que, por serem operações de tesouraria, não estão aqui contemplados. No que respeita à receita informou que aproximadamente um milhão e seiscentos mil (1.600.000 euros) são transferências dos municípios, referente a quotas e outras contrapartidas financeiras em estudos e projetos.-----

---O deputado Francisco Moleiro chamou a atenção para o valor baixo em orçamento, previsto para pessoal no Gabinete Florestal, uma vez que se pretende contratar mais 5 sapadores e para o valor um pouco excessivo na rubrica prestação de bens e serviços.-----

---O deputado José Pedro Soares solicitou informações sobre a questão do desassoreamento do rio arade até Silves, do estabelecimento prisional de Silves, recuperação da estrada nacional 124, Silves-Monchique e deixou um desafio no sentido de ser criada uma comissão Intermunicipal para a criação de uma plataforma a nível regional para a uniformização de procedimentos administrativos nas autárquicas, na área do urbanismo.-----

---Em resposta, o Presidente do Conselho Intermunicipal prestou alguns

esclarecimentos sobre os assuntos aqui evocados, mas de âmbito regional, nomeadamente na área dos recursos hídricos e energia verde, na área da saúde, transportes e ordenamento do território do Algarve. Informou que não está contemplada nas verbas atribuídas para o Algarve, a construção da barragem da Foupina mas irá reforçar essa necessidade, junto da empresa Águas do Algarve. Em relação às questões apresentadas pelo deputado anterior, esclareceu que são matérias em que a AMAL não tem intervenção direta na sua solução, uma vez que elas são da competência das respectivas câmaras. Sobre a existência da plataforma com a uniformização de procedimentos disse que não é muito fácil, dado tratar-se de uma matéria muito sensível. Contudo já se está a trabalhar num projeto para uniformização dos formulários a apresentar nos vários balcões únicos, existentes na região.-----

---O Primeiro Secretário prestou ainda esclarecimentos sobre a metodologia da atribuição e gestão das verbas na concessão dos transportes públicos no Algarve.-----

---Após discussão, o Presidente da Mesa colocou à votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2023. Feita a votação, os mesmos foram aprovados por maioria com 21 votos a favor e 18 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas da seguinte forma: PS – 20 votos a favor; PSD – 15 abstenções; CDU – 3 votos abstenções; BE – 1 voto a favor.-----

5. Informação sobre os compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida para o ano de 2022:- A Assembleia Intermunicipal tomou conhecimento do quadro com os compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia do ano 2022.-----

---Posto isto, foi colocada à votação a proposta de minuta das deliberações tomadas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezanove horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito a redigi. -----





PARTIDO SOCIALISTA - ALGARVE

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE

Grupo Intermunicipal do Partido Socialista

VOTO DE PESAR

O Grupo Intermunicipal do Partido Socialista do Algarve, vem manifestar publicamente o seu mais profundo pesar pelo falecimento da artista louletana Claudisabel, na madrugada de hoje, 19 de dezembro, com 40 anos de idade, na sequência de um acidente de viação na A2.

Claudisabel Leiria Madeira nasceu a 4 de outubro de 1982, em Loulé. Artista reconhecida no mundo da música ligeira, figura presente na televisão, Claudisabel levou também aos palcos que pisou, dentro e fora do País, o nome da sua terra natal e do Algarve.

O Grupo Intermunicipal do Partido Socialista do Algarve propõe que Assembleia Intermunicipal do Algarve se associe ao elogio público do contributo da artista na promoção do concelho de Loulé e do Algarve e enderece, neste momento de profunda consternação, as mais sentidas condolências à família enlutada pela morte precoce desta louletana procedendo a um minuto de silêncio em sua homenagem.

O Grupo Intermunicipal do Partido Socialista



CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Intermunicipal do Algarve

Assunto: Requerimento do Grupo Intermunicipal da CDU

No ponto 1 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Intermunicipal do Algarve de 19.12.2022 consta sumariamente um conjunto de informações sobre assuntos de grande relevância para a Região.

Perante o conteúdo da Informação em análise, para melhor conhecimento da situação concreta e ao abrigo das disposições legais aplicáveis, nomeadamente as alíneas b), d) e e) do artº. 14º do Regimento desta Assembleia, O Grupo Intermunicipal da CDU requer a V. Exª. que seja solicitado ao Presidente do Conselho Intermunicipal cópia dos seguintes documentos:

1. Plano de Rede e Oferta;
2. Apoios à Mobilidade AMAL
3. Memorando de Entendimento com os municípios de Albufeira, Faro, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão e Tavira e com empresas de transporte Rodoviário em operação no Algarve.
4. Projeto de Regulamento do sistema intermodal ao Algarve. .
5. Plano de Mobilidade Turística na Região do Algarve.
6. Relatório da Operacionalização e Governança da Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2030.

Saudações Democráticas

Olhão, 19 de dezembro de 2022

Pelo grupo Intermunicipal da CDU

(José Manuel Freire Oliveira)

Email: jose.oliveira.71@netvisao.pt



ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL <assembleia-im@amal.pt>

Re: Convocatória da sessão da Assembleia Intermunicipal, 19 de dezembro pelas 15:00 horas, Cineteatro Louletano, em Loulé

1 mensagem

Águas Cruz <aguas.cruz@gmail.com>

15 de dezembro de 2022 às 20:15

Para: ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL <assembleia-im@amal.pt>

Cc: AMAL- AI - Almerinda Maltinha <amaltinha@amal.pt>, Tiago Botelho <tiagobotelhosilva@gmail.com>, Célia Paz <celiadarosapaz@hotmail.com>

Despacho:

Prevê o artigo 46º, nº 4 do Regimento da Assembleia Intermunicipal que, sic, " *A ordem do dia conterá ainda, um primeiro ponto sobre "apreciação, discussão e deliberação de moções, recomendações, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, que sejam apresentados por qualquer membro da Assembleia ou pela Mesa, os quais devem dar entrada nos serviços da Assembleia até às 12 horas do penúltimo dia útil sobre a data da sessão e desde que notificadas aos membros da Assembleia com pelo menos 48 horas antecedência sobre a hora de início da sessão da Assembleia;"*

As moções do Grupo Intermunicipal do Partido Socialista deram entrada nos Serviços da Assembleia no dia de hoje, 15 de dezembro, pelas 14h 52m.

O dia 15 de dezembro é o penúltimo dia útil relativamente à data da sessão, uma vez que esta está convocada para dia 19 de dezembro, pelas 15h.

No entanto, como as moções deram entrada nos Serviços da Assembleia às 14h 52m, devendo dar entrada às 12h, considera-se a sua apresentação extemporânea, ou seja, para além do prazo regimentalmente previsto.

Contudo, as aludidas moções deram entrada nos Serviços da Assembleia a tempo de serem notificadas com mais de 48 horas de antecedência em relação à hora de início da sessão (15h) e poderão ser notificadas dentro daquele prazo regimentalmente previsto (48 horas de antecedência).

A norma do Artigo 46º, nº 4 do Regimento ao prever o prazo da notificação aos Deputados Intermunicipais de, pelo menos, 48 horas de antecedência relativamente ao início da sessão, pretende assegurar que os Senhores Deputados disporão do tempo necessário e adequado à análise e ponderação do teor das moções bem como à preparação do contraditório, no exercício do princípio democrático.

Ora, estando salvaguardado o direito dos Senhores Deputados Intermunicipais consignado na norma em apreço, entendemos que apesar da sua apresentação tardia, em violação formal de uma norma regimental, as moções não deverão ser liminarmente rejeitadas.

Embora exista uma violação formal, mas não substancial, do artigo 46º, nº 4 do Regimento, sendo a Assembleia soberana, determino que a admissão das moções à discussão e votação em plenário sejam objeto de deliberação da Assembleia.

Notifique os Senhores Deputados Intermunicipais deste despacho.

Notifique, com carácter de urgência, os Senhores Deputados Intermunicipais e demais intervenientes na Sessão das moções apresentadas pelo Grupo Intermunicipal do Partido Socialista.

O Presidente da Assembleia Intermunicipal do Algarve,

José Águas da Cruz

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL <assembleia-im@amal.pt> escreveu no dia quinta, 15/12/2022 às(s) 18:24:

Para conhecimento e demais efeitos

[Handwritten signature]



CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Moção

Pelo direito à saúde. Atrair e fixar profissionais no Serviço Nacional de Saúde. Combater o assalto dos grupos privados de saúde.

Excelentíssimos Membros da Assembleia Intermunicipal do Algarve,

A degradação do Serviço Nacional de Saúde, quer na região do Algarve, quer no País, é inseparável das opções de sucessivos governos de submissão ao défice das contas públicas e de favorecimento dos interesses dos grupos económicos privados que absorvem cada vez mais recursos públicos.

Muitos são os exemplos que comprovam esta realidade no Algarve. Para os 526 914 utentes inscritos nos centros de saúde do Algarve existem 378 médicos e 526 enfermeiros. É a segunda região do país mais afetada pela escassez de recursos humanos. A mais recente situação que confirma a ausência de respostas do Governo tem sido o encerramento da urgência de Ginecologia, Obstetrícia e da Maternidade no Hospital de Portimão, que se junta aos encerramentos já verificados no Hospital de Faro.

A falta de profissionais no SNS – médicos, enfermeiros e outros trabalhadores – tem responsáveis. Por um lado, impede-se a devida valorização salarial e profissional dos trabalhadores da saúde em nome da contenção da despesa pública, por outro, favorece-se a contratação de médicos “tarefeiros” - pagos à hora a empresas privadas que ficam com parte desse valor - e encaminham-se os doentes para os grupos privados de saúde, que são financiados com os recursos públicos retirados ao SNS. É este o esquema que está montado. É esta a principal causa porque faltam médicos e outros profissionais no SNS e que leva ao encerramento de serviços.

O PCP e a Coligação Democrática Unitária - CDU reafirmam que a transformação do direito à saúde num negócio, transformará a prestação de cuidados de saúde num privilégio de alguns, tal como acontecia antes do 25 de Abril de 1974, ou seja, tal como acontecia antes da criação do Serviço Nacional de Saúde. Relembremos as declarações de Isabel Vaz, hoje no

Conselho de Administração do Grupo Luz Saúde, um dos principais grupos privados do País: “melhor negócio do que a saúde só o das armas”.

Na luta em defesa do SNS no Algarve, o PCP e a Coligação Democrática Unitária – CDU não estão sozinhos. Ao seu lado estão os milhares de trabalhadores que têm lutado pela valorização das suas carreiras e profissões. Estão os utentes dos Centros de Saúde e dos Hospitais, como ficou demonstrado na concentração do passado dia 26 de novembro junto ao Hospital de Portimão. Estão forças e sectores democráticos que querem salvar o SNS.

Só o Serviço Nacional de Saúde, com a sua dimensão universal e tendencialmente gratuita, é que pode garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde independentemente dos seus rendimentos ou património.

Neste sentido, esta Assembleia Intermunicipal delibera exigir junto do Governo:

- A urgente contratação de mais trabalhadores e a valorização das carreiras de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, de modo a garantir mais consultas, exames, cirurgias, médico e enfermeiro de família para todos;

- A reabilitação das instalações dos centros e extensões de saúde da região e reabertura de todas as extensões de saúde encerradas, bem como a célere construção do Hospital Central do Algarve, recusando o modelo Parceria Público-Privada que o Governo quer impor, fugindo ao cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 371/2021, de 28 de dezembro, recomendando ao Governo que desenvolva os procedimentos necessários para a construção do Hospital Central do Algarve, garantindo um modelo integralmente público para a sua construção e gestão.

Pelos Eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve,

António Manuel Dias Mendonça

Faro, 14 de dezembro de 2022.



Moção

Pelo fim das portagens na Via do Infante;

Excelentíssimos Membros da Assembleia Intermunicipal do Algarve,

Recentemente assinalaram-se onze anos desde a imposição de portagens na Via do Infante contra a vontade dos trabalhadores e das populações do Algarve. Uma decisão que vem sendo confirmada nos anos seguintes por sucessivos governos do PS e do PSD/CDS e que prejudica gravemente a região, constituindo-se como um factor de subtracção da riqueza produzida na região por parte do grupo económico que ficou com a concessão desta auto-estrada.

Onze anos de portagens que foram um factor de atraso no desenvolvimento do Algarve, de agravamento da sinistralidade, de perda de competitividade por parte das empresas e de empobrecimento das populações. O facto de esta auto-estrada ter sido construída com verbas públicas e estar ao serviço da acumulação privada, torna ainda mais grave a convivência de sucessivos governos com esta situação. Acresce o facto, de que o concessionário privado negligencia o estado do piso e a manutenção geral da via.

Ao longo dos anos, nem as populações, nem a CDU se conformou com esta decisão. A intensa contestação que foi desenvolvida, obrigou os últimos Governos do PS a reduzirem o valor das portagens, como aliás ficou consagrado no Orçamento do Estado para 2021, em que a redução para metade do valor das portagens foi imposta contra a vontade daquele partido.

No entanto, os avanços que se alcançaram não resolveram em definitivo este problema e apesar das sucessivas propostas na Assembleia da República, designadamente da CDU, no sentido da abolição imediata das portagens, PS e PSD opuseram-se sempre à sua eliminação.

Aos que não se cansam de acenar com as supostas virtudes das chamadas “Parcerias Público Privadas”, como a que está proposta para a construção do Hospital Central do Algarve, convidamos a porem os olhos na Via do Infante ou na EN 125, cujas obras estão paradas apesar do Estado Português continuar a pagar dezenas de milhões de euros às concessionárias. Parcerias estas, que na prática garantem rendas ao capital ao mesmo tempo que promovem o esbulho de recursos públicos.

Chamamos ainda a atenção para a possibilidade de, já a partir de 1 de Janeiro, o preço das portagens na Via do Infante e na A2, poder subir consideravelmente agravando ainda mais o custo de vida, caso não sejam tomadas medidas desde já.

Neste sentido, esta Assembleia Intermunicipal reafirma:

- 1) o compromisso com a luta contra as portagens na Via do Infante até que estas sejam abolidas e resgatada a sua concessão;
- 2) a urgência na requalificação da EN 125 entre Olhão e Vila Real de Santo António;
- 3) a vontade pela limitação do preço das portagens em todo país em 2023.

Pelos Eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve,

António Manuel Dias Mendonça

Silves, 14 de dezembro de 2022



Moção

Preço das portagens no Algarve viola a lei

Em Novembro de 2020, o PSD apresentou uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado de 2021, a qual estabelecia a redução de 50 % viaturas a combustão (gasóleo, gasolina) e 75% para viaturas elétricas nas taxas de portagens relativas às ex-scut - que inclui, entre outras: a A 22, a A23, a A25 e a A28.

O Governo, à época, sem maioria parlamentar, descreveu a medida aprovada com votos favoráveis de PSD, CDS, CHEGA, PCP, BE e Verdes, e contra do PS, como irresponsável, a seu ver uma lesiva maioria negativa prejudicial para o país. Pior que isso, o Governo não se conformou com a decisão soberana da Assembleia da República e entendeu, num gesto arrogante, próprio de uma autossuficiência que atenta contra o primado do Estado de direito democrático, torpedear a lei e não cumprir o Orçamento de Estado. Fê-lo em duas dimensões: no que respeita a viaturas a combustão, num expediente abusivo, aplicou a redução de 50 %, não à taxa vigente em 2020, mas sim à referente a 2011. Revogou assim, os descontos de 15% em 2012 e 2016, e, desse modo, transformou a redução feita em lei pela Assembleia da República, numa redução em redor, consoante a via, de 30 %. Largamente aquém dos 50 % consagrados. No que respeita a veículos elétricos, pura e simplesmente não regulamentou a lei, deixando-a, desse modo, totalmente por cumprir.

Quanto terá pago indevidamente em 2021 quem é detentor de uma viatura a combustão? E em 2022? E se tem uma viatura elétrica?

Assim, mais um ano passou, e extraordinariamente passou, o que nos faz refletir sobre dimensão moral de quem tomou estas decisões, e o PSD voltou a apresentar a mesma proposta, desta feita de alteração ao Orçamento de Estado de 2023, a qual foi inapelavelmente chumbada.

De acordo com as normas vigentes, os representantes do Partido Social Democrata com assento na Assembleia Intermunicipal do Algarve, vêm propor que todos os representantes reunidos no dia 19 de dezembro de 2022 na 2ª Sessão Ordinária de 2022, deliberem instar o Governo a cumprir a lei em vigor e, desse modo, reduzir as portagens conforme previsto.

Dar-se-á conhecimento desta moção ao Presidente da República, aos Grupos Parlamentares e à comunicação social.



PARTIDO SOCIALISTA - ALGARVE

De n.º 7

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE

Grupo Intermunicipal do Partido Socialista

MOÇÃO

Garantir água é garantir o nosso futuro

As características mediterrânicas do Algarve e a evolução dos efeitos globais das alterações climáticas, com a consequente diminuição da pluviosidade e o progressivo aumento dos períodos de seca extrema e severa fazem do aceso à água um dos maiores desafios da região do Algarve.

Em boa hora o Governo avançou, com a participação dos municípios e dos serviços desconcentrados do Estado, com a elaboração de um Plano de Eficiência Hídrica para a região do Algarve, garantindo 200 milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência para o concretizar.

Foram identificados um conjunto diversificado de medidas e projetos, tanto do lado da poupança e da eficiência hídrica, como da diversificação das fontes.

No lado da eficiência destaca-se a redução das perdas dos sistemas de abastecimento de água, em alta e em baixa, o reforço da interligação dos sistemas de abastecimento de água do sotavento e barlavento, possibilitando o transporte de água dentro da região e uma melhor gestão dos recursos hídricos em todo o Algarve, a melhoria da eficiência hídrica dos atuais perímetros de rega e o aproveitamento da água tratada das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's), onde está prevista a reutilização de 8 hm³, metade de toda a água consumida pela totalidade dos campos de golfe no Algarve.

Do lado da diversificação das fontes, dois dos projetos mais inovadores, ambos atualmente em fase de avaliação de impacto ambiental, é a construção da primeira central dessalinizadora no país, com capacidade inicial para transformar 8 hm³ de



PARTIDO SOCIALISTA - ALGARVE

água salgada em água doce e a captação de água no Pomarão. Uma captação de 30 hm³ que terá que ser realizada em época húmida de forma a garantir-se permanentemente o caudal ecológico do rio Guadiana e, simultaneamente, assegurarmos a qualidade da água que será utilizada para reforçar o caudal do sistema de barragens de Odeleite - Beliche.

Em simultâneo, está previsto o financiamento, através do Plano de Desenvolvimento do Regadio (PDR) da promoção de pequenas infraestruturas de retenção de água, como charcas, na serra para combate aos incêndios e combate à desertificação.

São medidas muito positivas para que o Algarve garanta água em qualidade e quantidade suficientes para o seu desenvolvimento humano, ambiental e económico e que desejamos evoluam positivamente no terreno.

Ainda assim, tendo em conta as dificuldades regionais em matéria de água e a evolução meteorológica que nos oferece cada vez mais períodos de seca interrompidos por curtos, mas cada vez mais intensos períodos de chuva, os autarcas do Algarve consideram desejável que o Governo desenvolva os estudos de viabilidade ambiental e económica para o aproveitamento do caudal muito significativo da ribeira da Foupana.

Os autarcas do Partido Socialista,



ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE

Grupo Intermunicipal do Partido Socialista

MOÇÃO

Hospital Central do Algarve é preciso avançar

A saúde e o acesso a cuidados médicos, é um dos principais pilares da nossa sociedade de bem estar. No Algarve, depois de um período de grande alargamento da capilaridade dos serviços de saúde, com a construção do novo Hospital do Barlavento e de novos centros e extensões de saúde em todos os municípios e praticamente todas freguesias da região, temos vindo a assistir a uma diminuição da qualidade da assistência e do acesso aos cuidados médicos.

Devemos no entanto felicitar o Governo pela decisão tomada no passado dia 29 de setembro, em reunião de Conselho de Ministros, de autorizar a constituição de uma nova Parceria Público Privada para a construção do novo Hospital Central e Universitário do Algarve, equipamento há muito desejado e que se afigura decisivo para a melhoria dos cuidados assistenciais na região e para a atração de novos profissionais, designadamente médicos.

Bem como, saudar a recente inauguração do novo Hospital das Terras do Infante, um novo edifício que veio dar novas condições de trabalho aos profissionais do antigo Hospital Distrital de Lagos e, desta forma, melhorar a qualidade da medicina praticada e oferecer melhores condições de acesso às populações dos concelhos de Lagos, Vila do Bispo, Aljezur e ainda de alguns concelhos do litoral alentejano, assim como o investimento de um novo Centro Oncológico, já enquadrado no próximo ciclo de fundos comunitários que desejamos permita que os doentes oncológicos do Algarve não careçam de efetuar tratamentos fora da nossa região.

Merece-nos ainda uma menção muito positiva o aumento do número de alunos da Faculdade de Medicina da Universidade do Algarve, saudando o Governo pela decisão e as dezasseis câmaras municipais do Algarve pela disponibilidade demonstrado para assumir parte dos custos deste aumento. Estamos certos que o retorno do



PARTIDO SOCIALISTA - ALGARVE

investimento na formação de novos médicos na Universidade do Algarve será a sua futura fixação na região e o consequente aumento da cobertura de médicos, designadamente médicos de família.

Os autarcas do Algarve, conscientes da importância destes investimentos, expressam a sua vontade e total disponibilidade para apoiar o Governo na execução dos fundos do PRR destinados a obras de requalificação e melhoria dos atuais serviços de saúde de proximidade e manifestam o seu desejo de acompanhar a evolução do processo de construção do novo Hospital Central e Universitário do Algarve, sugerindo a criação de uma comissão de acompanhamento.

Os autarcas do Partido Socialista,



Doc. nº 9

**DECLARAÇÃO DE VOTO DOS DEPUTADOS ELEITOS PELO PSD À ASSEMBLEIA
INTERMUNICIPAL DO ALGARVE**

À MOÇÃO PS - HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE É PRECISO AVANÇAR

Vem o PS felicitar o Governo pela tomada de decisão para a autorização da constituição de uma nova PPP para a construção do novo HCUAlgarve, o que para nós não passa de mais uma manobra política para enganar os Algarvios, autorizar a constituição de uma nova PPP em nada garante a construção da obra, tão necessária para o Algarve e que o PSD também teria todo o gosto em felicitar. No entanto, e infelizmente nada é refletido no OE 23, o que quer dizer que esta tentativa de ludibriar os Algarvios tem apenas como objetivo tentar calar quem realmente está empenhado na construção do novo Hospital Central do Algarve.

Srs. Deputados, destas manobras de diversão estamos todos nós cansados... recordem-se quantas vezes foi lançada a 1ª pedra, pelos sucessivos governos do PS.

No parágrafo seguinte desta moção, vem o PS mais uma vez saudar, agora a recente inauguração do novo Hospital das Terras do Infante. E sobre este tema muito há a questionar no que diz respeito à bondade e transparência desta decisão. Ora vejamos:

1. O antigo Hospital de S. Gonçalo de Lagos era, como todos sabem, uma instituição privada que se encontrava em dificuldades;



2. O CHUA efetuou um contrato de arrendamento por 42.000€/mês para a utilização de 28 camas e 2/3 salas de bloco operatório;
3. Porque o referido hospital não se encontrava operacional, houve a necessidade de efetuar investimentos avultados, ultrapassando em muito o milhão de €, nomeadamente no sistema de climatização (aquecimento, ventilação e ar condicionado) e as tão necessárias “rampas de oxigénio”.

Como se tudo isto não bastasse para colocarmos em causa a bondade do contrato, surge ainda um outro fator que vem aumentar as reservas que o PSD tem relativamente ao tema, que se prende com o facto de estarmos a falar de um contrato com a duração de 7 anos, em que findo o mesmo os investimentos efetuados pelo arrendatário revertem a favor do proprietário...

Voltando um pouco atrás, importa ainda levantar mais uma questão...

Qual a necessidade de mais 2/3 salas cirúrgicas aptas a funcionar se as salas existentes no HFaró e HPortimão estão a funcionar muito abaixo da sua capacidade (< 50%), por falta de Recursos (cirurgiões ou anestesistas).

Fazendo uma análise custo-benefício ao projeto, surgem-nos sérias dúvidas que o mesmo traga as mais-valias tão apregoadas pelo PS.

Na presente moção, saúda também o PS o investimento no novo Centro Oncológico de forma a permitir que os doentes oncológicos do Algarve não careçam de se deslocar para fora da região para efetuar os tão necessários tratamentos.

É claro que também saudamos o investimento, caso ele venha a ser efetuado. No entanto, não podemos deixar passar em claro, o argumento apresentado. Infelizmente,

sempre existiram doentes oncológicos no Algarve, mas efetivamente só agora há a necessidade de os deslocar para fora, não só da região, como do País para realizarem os seus tratamentos.



Há que assumir o erro, seja ele por incapacidade ou por negligência, e não se escudarem na obrigatoriedade de recorrer a um concurso publico internacional devido aos valores em causa, para justificar o injustificável. Existe uma figura no CCP que se chama Concurso Limitado por Prévia Qualificação, em que são definidos os requisitos mínimos e apenas são aceites a concurso as empresas que cumpram os requisitos.

Para terminar, o PS apresenta mais uma saudação ao Governo pelo aumento do n.º de alunos da Faculdade de Medicina. O PSD acompanha claramente esta saudação. Todavia, parece-nos que não traz assim tantos benefícios para a região. Efetivamente, ao longo dos anos tem-se verificado uma grande dificuldade na fixação de novos médicos, justificada pela ausência de idoneidade formativa e acreditação nos serviços clínicos dos Hospitais Algarvios o que obriga os estagiários/internos a deslocarem-se para outras unidades hospitalares que lhe possibilite essa formação e consequentemente a sua fixação.

Por todos estes motivos não podemos votar favoravelmente à Moção apresentada pelo PS. A nossa votação é a ABSTENÇÃO

Deputados Eleitos pelo PSD à Assembleia Intermunicipal do Algarve

Loulé, 19 de dezembro de 2022

Declaração política

O PROCESSO DE DESANEXAÇÃO DE FREGUESIAS NO ALGARVE

Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal do Algarve, boa tarde.

Minhas senhoras e meus senhores, boa tarde.

- O Grupo Intermunicipal da CDU, hoje e aqui, manifesta publicamente o seu reconhecimento e apreço por todos quantos se empenharam no processo de desanexação de freguesias no Algarve.

- Vai bem a caminhada para a restauração em vários concelhos do Algarve das freguesias agregadas em Uniões de Freguesias por imposição do governo do PPD/PSD e CDS-PP, através daquela que ficou conhecida como “Lei Relvas” (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, revogada pela Lei n.º 39/2021, de 24 de janeiro, a qual, por responsabilidade do PS, tardou muito e bem podia ter simplificado mais o processo de desagregação de freguesias).

- É meritório o ativismo empenhado das populações, dos movimentos populares e dos eleitos envolvidos, quer das Assembleias de Freguesia e Municipais, quer das Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, pois estes eleitos, cumprido que está um ano de mandato autárquico, foram capazes de aprovar as propostas elaboradas em vários concelhos para a desanexação de freguesias agregadas à força.

Exortamos a que todos acompanhem com determinação e confiança os passos seguintes do processo, agora na Assembleia da República, até à concretização efetiva da restauração das freguesias agregadas.

- Referimos, em particular, as freguesias de Bensafrim e Barão de S. João no concelho de Lagos, as freguesias de Pêra, Alcantarilha, Algoz e Tunes no concelho de Silves e as freguesias de Conceição de Faro e Estoi no concelho de Faro.

Nestes quatro processos de desanexação de freguesias, os simpatizantes, os ativistas e os eleitos da CDU estiveram desde sempre na primeira linha de combate contra a imposição da agregação de freguesias e na primeira linha da luta pela desagregação das freguesias.

Loulé, 19 de dezembro de 2022.